



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS  
ESCOLAS TÉCNICAS DO SUS - CEPEPE

ANA VIRGÍNIA EVANGELISTA DE MENDONÇA

PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE  
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO  
DOS CURSOS TÉCNICOS DA ESP/CE

FORTALEZA  
2013

ANA VIRGÍNIA EVANGELISTA DE MENDONÇA

PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE  
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO  
DOS CURSOS TÉCNICOS DA ESP/CE

Projeto de Intervenção submetido à  
Universidade Federal de Minas Gerais,  
como parte dos requisitos para a  
obtenção do título de Especialista em  
Gestão Pedagógica.

**Orientadora:** Sônia Maria Viana

FORTALEZA

2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do  
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFMG

MENDONÇA, ANA VIRGÍNIA EVANGELISTA DE  
PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE  
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO DOS CURSOS TÉCNICOS DA ESP/CE  
[manuscrito] / ANA VIRGÍNIA EVANGELISTA DE  
MENDONÇA. - 2014.

28 f.

Orientador: SÔNIA MARIA NUNES VIANA.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão  
Pedagógica nas Escolas Técnica do Sistema único de Saúde -  
Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem, para  
obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica nas Escolas  
Técnicas do Sistema Único de Saúde.

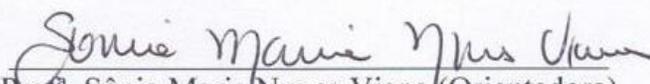
1. Estágio Supervisionado. 2. Instrumentos de estágio. 3. Avaliação  
por competência. I. VIANA, SÔNIA MARIA NUNES.  
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem.  
III. Título.

Ana Virgínia Evangelista Mendonça

**PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE  
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO  
DOS CURSOS TÉCNICOS DA ESP/CE**

Trabalho apresentado ao Curso de  
Especialização em Gestão Pedagógica nas  
ETSUS, realizado pela Universidade Federal  
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Fortaleza/CE.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.ª Sônia Maria Nunes Viana (Orientadora)



Prof.ª Dr.ª Salete Maria de Fátima Silqueira

Data de aprovação: 26 de maio de 2014

Fortaleza - CE  
2014

*Dedico este trabalho a minha mãe,  
Antonia Evangelista, que sempre  
torceu por minhas conquistas.*

## RESUMO

Os estágios curriculares dos cursos técnicos da ESP, exigem de seu aluno a demonstração de competências de acordo com o que está descrito na matriz curricular de seus cursos. A avaliação do desempenho do futuro profissional técnico no decorrer do curso, será realizada com o objetivo de conhecer o nível de desenvolvimento das competências trabalhadas nas atividades práticas, bem como diagnosticar as deficiências que poderão existir, buscando superá-las durante o processo de formação. Este Projeto de Intervenção propõe adequar os instrumentos utilizados no estágio supervisionado, pois estes não estão em consonância com a realidade dos planos de curso, bem como com as competências definidas nos mesmos, não abordando claramente as três dimensões da competência (conhecimento, habilidade e atitude), dificultando o processo avaliativo. Rever a forma de atribuição de notas, pois existe uma dificuldade em estabelecê-las a partir dos critérios de avaliação, pois a forma avaliativa utilizada não permite que a nota empregada ao aluno seja fidedigna; A avaliação está presente no dia a dia dos cursos técnicos da ESP/CE e carece de uma compreensão mais profunda quanto ao valor que abriga e as consequências que gera. Julgo importante a realização de estudos sobre os diversos aspectos que podem influenciar a formação dos estudantes, por serem profissionais atuantes no Sistema Único de Saúde. O monitoramento e a avaliação das atividades serão processuais, sendo realizados durante toda a execução do projeto, através de indicadores definidos previamente, contemplando as duas estratégias elaboradas para cada objetivo específico descrito, na tentativa de resolução da problemática em questão.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado, Instrumentos de estágio, Avaliação por competência.

## **ABSTRACT**

The stages of the courses technicians ESP require your student to demonstrate competence in accordance with what is described in the curriculum of their courses . Performance evaluation of the future professional technician during the course will be held in order to know the level of skills development activities worked in practice, and diagnose deficiencies that may exist , seeking to overcome them during the training process. This Intervention Project proposes adapting the instruments used in supervised , because they are not in line with the reality of travel plans , as well as those set out in them, clearly not addressing the three dimensions of competence (knowledge , skill and attitude ) , complicating the evaluation process. Revise the form of assigning grades , because there is a difficulty in establishing them as the evaluation criteria , because the evaluative form used does not allow the note used the student be reliable ; evaluation is present in daily technical courses the ESP / EC and lacks a deeper understanding as to the value it holds and the consequences it generates. I think the important studies on the various aspects that can influence the formation of students as professionals working in the National Health System Monitoring and evaluation activities will be procedural , being held throughout the execution of the project , using indicators defined previously , contemplating the two strategies developed for each specific objective described in an attempt to resolve the issue in question.

**Keywords:** Supervised, instruments, stage evaluation for competence.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1.1 Justificativa da intervenção.....</b>	<b>10</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>12</b>
<b>3 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>13</b>
<b>3.1 A Educação e as Competências.....</b>	<b>13</b>
<b>3.2.A Educação Profissional em Saúde e seus</b>	<b>13</b>
<b>Desafios.....</b>	<b>14</b>
<b>3.3 A Avaliação das Competências na Educação Profissional .....</b>	
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
<b>4.1 Cenário da intervenção.....</b>	<b>16</b>
<b>4.2 Sujeitos da intervenção.....</b>	<b>17</b>
<b>4.3 Plano de implementação.....</b>	<b>17</b>
<b>4.3.1 Etapas da intervenção.....</b>	<b>18</b>
<b>4.4 Resultados esperados.....</b>	<b>20</b>
<b>4.5 Monitoramento e avaliação.....</b>	<b>22</b>
<b>5 CRONOGRAMA.....</b>	<b>25</b>
<b>6 ORÇAMENTO.....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Os cursos técnicos da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE) incluem como atividade indispensável o estágio curricular obrigatório, que tem o objetivo de desenvolver competências nos estudantes para atuarem nos serviços de saúde. Atuar em um cenário real de prática profissional possibilita uma melhor contextualização do estudante, visando oferecer aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) um serviço de maior qualidade, com segurança, ética, humanização e respeito.

Por definição, o Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que inclui atividades de ensino-aprendizagem no espaço sócio-institucional, realizado na comunidade em geral e junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado (CEARÁ, 2012).

O estágio curricular obrigatório está previsto na legislação federal, Lei nº 11.788, de 25/09/2008 – Lei do Estagiário, que dispõe sobre o estágio de estudantes (BRASIL, 2008); na Orientação Normativa nº 7, de 30/10/2008, que estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2008); na Resolução CNE/CEB/2004 nº 1, que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2004); e na Resolução CEC nº 413/2006. Segundo a Lei Nº 11.788, para que seja caracterizado como estágio supervisionado, é necessária a existência de instrumento jurídico, onde estarão acordadas todas as condições de sua realização (CEARÁ, 2006).

O estágio curricular obrigatório é realizado na ESP/CE seguindo sua legislação específica e a matriz curricular de cada curso em questão. De acordo com a Resolução do Conselho Estadual do Ceará nº. 413/2006, art. 19 e 20, o estágio supervisionado, será de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da carga horária mínima exigida para o curso técnico de educação profissional de nível médio, acrescidos a esta carga horária mínima, para cômputo da carga horária total do curso (CEARÁ, 2012).

Os estágios curriculares dos cursos técnicos da ESP, exigem de seu aluno a demonstração de competências de acordo com o que está descrito na matriz curricular de seus cursos. Segundo Perrenoud (1997), competência é a “capacidade de agir eficazmente em um

determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. Também deve estimular o questionamento e promover a integração ensino-serviço com a comunidade, através de vivência profissional em ambientes genuínos de trabalho.

O responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário (Inciso III, art. 7º da Lei 11.788/2008) será o orientador de estágio e este deve ser um profissional graduado na área a ser desenvolvida no estágio. Suas principais atribuições são participar da capacitação e do planejamento do estágio, juntamente com o coordenador, supervisor pedagógico do Curso e preceptor (supervisor de estágio); responsabilizar-se pelo planejamento, acompanhamento e pela avaliação dos Estágios; executar o plano de ensino do estágio; responsabilizar-se pelo retorno das informações ao Coordenador do Curso sobre o desenvolvimento das atividades práticas de acordo com a especificidade do Curso; acompanhar a pontualidade e assiduidade, bem como o preenchimento da ficha de controle de frequência e registro de avaliações (notas); estar presente na Instituição de estágio, obedecendo o tempo estabelecido no planejamento; participar da condução e elaboração das avaliações; cumprir o cronograma apresentado pela Coordenação do Curso; caso ocorra qualquer acidente durante a realização do estágio, tomar as providências cabíveis de acordo com o protocolo das Instituições; zelar e colaborar pela manutenção e aperfeiçoamento do campo de estágio; orientar o preceptor e estagiário sobre o planejamento e a estruturação do estágio; colaborar para manter um ambiente satisfatório e ético, com equipes multiprofissionais e demais funcionários dos locais de estágios e ou atividade prática da Instituição (CEARÁ, 2012).

Ainda de acordo com a lei nº 11.788/2008, os orientadores de estágio deverão dedicar-se exclusivamente a essa atividade, não podendo, em hipótese alguma, acumular suas atividades profissionais no mesmo período, mesmo que sejam funcionários da Instituição Concedente (CEARÁ, 2012).

Para que se inicie o estágio supervisionado/curricular obrigatório dos cursos técnicos da ESP/CE deverão ser providenciados alguns documentos, que são: termo de Cooperação de acordo firmado entre a Instituição de Ensino e a Instituição Concedente; Termo de Compromisso firmado entre o estudante, a Instituição Concedente e a Instituição de Ensino; Seguro contra Acidentes Pessoais para o estudante, que será da responsabilidade da Instituição de Ensino; aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os estudantes e professor orientador de estágio; seleção e/ou indicação do professor orientador de

estágio, de responsabilidade da Instituição de Ensino, conforme o perfil desejado para a função e indicação do preceptor, de responsabilidade da Instituição Concedente (Unidade de Saúde), conforme o perfil desejado para a função (CEARÁ, 2012).

A avaliação do desempenho do futuro profissional técnico no decorrer do curso, será realizada com o objetivo de conhecer o nível de desenvolvimento das competências trabalhadas nas atividades práticas, bem como diagnosticar as deficiências que poderão existir, buscando superá-las durante o processo de formação.

## **1.1 JUSTIFICATIVA**

A avaliação representa um componente intrínseco e vital do processo de ensino-aprendizagem, uma responsabilidade compartilhada entre estudante e professor, que pode ser considerada uma das tarefas mais complexas de serem realizadas no ambiente pedagógico.

Há muitas formas de realizar a avaliação, das mais informais às mais sistematizadas. De um modo ou de outro, pode ser vista numa perspectiva processual como um momento de “aprender a aprender”. Quando bem executada, a avaliação assume o sentido de reinventar os saberes e as competências e de oferecer suporte para os atores envolvidos pensarem em sua própria história (ZOCHE, 2007).

Analisando os cursos técnicos da ESP/CE, identifiquei a necessidade de refletir acerca da discordância existente entre a proposta dos planos de curso e o desenvolvimento da competência, assim como também refletir acerca da e capacidade incipiente dos orientadores de estágio na docência/ avaliação. Considero pertinente que exista um alinhamento entre a proposta curricular e a forma com que se avalia.

A importância de estudar esta temática deve-se à necessidade de adequar os instrumentos utilizados, pois estes não estão em consonância com a realidade do estágio supervisionado, bem como com as competências definidas nos planos de curso, não abordando claramente as três dimensões da competência (conhecimento, habilidade e atitude), dificultando o processo avaliativo; rever a forma de atribuição de notas, pois existe uma dificuldade em estabelecê-las a partir dos critérios de avaliação, pois a forma avaliativa utilizada não permite que a nota empregada ao aluno seja fidedigna.

A avaliação está presente no dia a dia dos cursos técnicos da ESP/CE e carece de uma compreensão mais profunda quanto ao valor que abriga e as consequências que gera. Julgo importante a realização de estudos sobre os diversos aspectos que podem influenciar a formação dos estudantes, por serem profissionais atuantes no Sistema Único de Saúde.

Segundo Zocche (2007), “os produtos de avaliação, na educação profissional, quando servem para inspirar atos de cuidado, podem produzir autonomia para o aprendiz, revisão para os educadores, satisfação e segurança para os cuidadores, conforto e alegria para os usuários e qualidade para os serviços e o sistema de saúde”.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 GERAL:**

Adequar os instrumentos de acompanhamento e avaliação do Estágio Supervisionado Obrigatório dos Cursos Técnicos da ESP/CE.

### **2.2 ESPECÍFICOS:**

- Identificar nos instrumentos de estágio propostos nos cursos técnicos os critérios de avaliação que estão em consonância com as competências preestabelecidas no currículo dos Cursos;
- Identificar nos instrumentos de avaliação do estágio os elementos que contemplam as dimensões de competência;
- Identificar uma escala de avaliação adequada/fidedigna dos critérios observados/avaliados para a emissão de nota;

### **3 REVISÃO DA LITERATURA**

#### **3.1 A Educação e as Competências**

O contexto do mundo do trabalho vem se modificando e tem interferido nos currículos educacionais. Ensinar com base em competências tem sido um forte advento para formar indivíduos mais proativos, mais adaptáveis e com maior responsabilidade social (RON, 2010).

Uma instituição de ensino ao decidir pela formação por competências, deve levar em consideração a necessidade de uma tradução educacional bem fundamentada, um currículo bem estruturado e uma prática pedagógica eficaz. A proposta curricular deve ser capaz de promover o desenvolvimento de competências, possibilitando a formação do profissional-cidadão, capaz de atuar de forma participativa, crítica e criativa, com mobilidade e flexibilidade, na vida profissional e social (RON, 2010).

Entende-se que esta abordagem precisa ser construída no diálogo entre a formação e o mundo do trabalho, no qual as práticas profissionais são desenvolvidas (LIMA, 2005). Processos formativos que buscam o desenvolvimento de competências são originados em torno de eixos que articulam e integram: teoria e prática, capacidades e ações, contextos e critérios de excelência (ELLERY *et al*, 2010).

Segundo Perrenoud (1997), competência é a “capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. Para o autor, competência seria a capacidade de articular um conjunto de esquemas embasados em conhecimentos, a fim de mobilizá-los “em situação”, no momento certo e com discernimento para enfrentar uma realidade da melhor maneira possível.

Deluiz (2001) demonstra uma visão construtivista de competências ao defini-las como ações e operações que articulam conhecimentos (o saber), habilidades (o fazer), valores (o ser) e atitudes (o conviver), constituídos de forma articulada e mobilizados em realizações profissionais de qualidade.

#### **3.2 A Educação Profissional em Saúde e seus Desafios**

Em Dezembro de 1999, o Conselho Nacional de Educação, através da resolução nº4, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Por meio destas, a formação passou a ser pautada pela noção de “competência profissional”. Em 2004, este modelo ganha força no âmbito da saúde coletiva com o advento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, que preconiza que a capacitação de

profissionais atuantes no SUS seja realizada a partir de problemas do cotidiano referentes à atenção à saúde e à organização do trabalho, tomando como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e do controle social em saúde. (BRASIL, 2004)

A abordagem por competências passou a representar um novo paradigma no ensino técnico, e tornou-se possível através do uso de metodologias ativas, em especial da problematização, que estimula no aprendiz a capacidade de “aprender a aprender”. Neste processo, o estudante passa a ser sujeito sócio-histórico-cultural do ato de conhecer, por meio da aquisição de criticidade (FREIRE, 1996). Segundo Ramos (2001), a aprendizagem deve ser significativa, através de situações e espaços de aprendizagem que possam contribuir para o desenvolvimento de competências laborais.

Pereira (1995) destaca a necessidade de oportunizar um encontro do cuidador com aquele que é cuidado, através da manutenção do diálogo que favoreça uma troca de experiências mais dinâmicas e a compreensão dos seus significados para cada estudante. Entende-se, portanto, que as questões sociais e culturais são indispensáveis na construção do conhecimento.

Dessa forma, nas situações reais, sob supervisão, a responsabilização e o vínculo desenvolvidos pelos estudantes com os pacientes, com as equipes de saúde e com a própria organização e avaliação dos serviços prestados também são considerados elementos constitutivos da competência (ELLERY *et al*, 2010).

Avaliar, no contexto da Educação Profissional, constitui-se um grande desafio. Uma avaliação centrada em resultados individuais, seletiva e excludente não contribui na formação de profissionais adequados para o SUS. Segundo Luckesi (2002), o educador não deve impor ao estudante o que “ele deve ser”, mas, com ele, deve buscar o caminho para que se torne o que necessita ser.

### **3.3 A Avaliação das Competências na Educação Profissional**

Os avanços tecnológicos têm interferido rapidamente no mercado de trabalho, e há uma dificuldade de analisá-los de forma crítica. Os trabalhadores precisam adequar-se, cada vez mais, às novas realidades que surgem e às novas competências exigidas. Em termos de formação, educadores e estudantes acabam reféns dos modos de avaliar demandados desse contexto (ZOCCHÉ, 2007).

Ramos (2009) descreve a avaliação por competências como “um processo pelo qual se compilam evidências de desempenho e conhecimentos de um indivíduo em relação às

competências profissionais requeridas.” Dessa forma, o ato avaliativo deve constituir-se num espaço de reflexão, de rearranjo e de trocas, para não anular o potencial criativo do profissional de saúde. A verificação de integração teoria-prática requer condições de acompanhamento e monitoramento contínuo dos desempenhos (DEPRESBITERIS, 2003).

Segundo Hernández (1998), a avaliação deve cumprir suas três funções básicas: diagnóstica, formativa e acreditativa. A função diagnóstica inicial precede a formação e permite verificar os conhecimentos prévios dos estudantes. A função formativa, por sua vez, possui caráter processual e permite o acompanhamento dos estudantes e docentes do processo de ensino-aprendizagem. Quanto à função acreditativa, esta verifica as aquisições visadas pela formação, tendo uma intenção certificativa.

Se no ato avaliativo dá-se maior importância às habilidades e destrezas (saber fazer), o processo de aprendizado fica comprometido, pois não se pensa nos usuários e sim em procedimentos, reduzindo a formação e a oportunidade que a avaliação possibilita. Da mesma forma, o ato avaliativo precisa considerar aspectos sociais, histórico, culturais, políticos e econômicos do ambiente pedagógico (DEPRESBITERIS, 2003).

A avaliação na educação profissional em saúde deve integrar tudo o que se pensa sobre o cuidado humano se os diversos olhares, falas e sensações dos atores envolvidos se cruzarem, ecoando para o espaço de ensino. O contraponto é quando fica presa numa folha de papel, compartilhada entre professor e estudante apenas, sem ganhar vida (ZOCHE, 2007).

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 CENÁRIO DA INTERVENÇÃO

O presente projeto de intervenção será realizado na Escola de Saúde Pública do Ceará, abrangendo as equipes dos Cursos da Diretoria de Educação Profissional em Saúde (DIEPS), situada à Avenida Antonio Justa, 3161, no Município de Fortaleza, no bairro Meireles.

A Escola de Saúde Pública do Ceará é uma autarquia vinculada à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA), tendo sido criada através da Lei Estadual Nº. 12.140 em 22 de julho de 1993, tendo como missão, promover a formação e educação permanente, pesquisa e extensão na área da saúde, na busca de inovação e produção tecnológica, a partir das necessidades sociais e do SUS, integrando ensino-serviço-comunidade, formando redes colaborativas e fortalecendo o sistema saúde escola (CEARÁ, 2012).

A ESP-CE tem incorporada ao seu organograma uma Diretoria específica para a Educação Profissional, sendo considerada uma Escola Técnica do SUS (ETSUS), impulsionando a formação de profissionais de nível médio no Estado. Atualmente, os programas de educação para os profissionais de nível médio oferecidos por esta Diretoria têm como base as Políticas Nacional e Estadual de Educação Permanente em Saúde, a partir de demandas originadas dos serviços de saúde (CEARÁ, 2009).

De acordo com o plano estratégico da ESP-CE, a DIEPS tem por missão contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do desenvolvimento de programas de qualificação, educação profissional técnica e educação permanente do(a)s trabalhadore(a)s no nível da educação básica, bem como do desenvolvimento de pesquisa e extensão, a partir das necessidades sociais e do SUS e da construção de redes colaborativas (CEARÁ, 2012).

A ESP-CE, através de sua Diretoria apresenta um portfólio de 19 cursos, dentre livres (básico, atualização e aperfeiçoamento), técnicos e pós-técnicos que fazem parte do planejamento de sua oferta atual e para os próximos anos. Na ESP-CE, a gestão dos cursos da DIEPS está organizada em forma de rede, objetivando possibilitar a articulação em todos os níveis de gestão do SUS de forma descentralizada e sistêmica. Para tanto, se organiza estruturalmente através do tripé: Gestão Adimistrativo-financeira, Gestão Pedagógica e Gestão de Cursos.

## 4.2 SUJEITOS DA INTERVENÇÃO

Serão sujeitos desta intervenção os bolsistas que compõem as equipes dos cursos técnicos e pós-técnicos, que atuam como coordenadores e supervisores pedagógicos dos cursos ofertados, totalizando 25 profissionais.

Os 25 profissionais desempenham suas atividades em dez cursos técnicos e três cursos pós-técnicos, trabalhando uma carga horária semanal de 40 horas, conforme mostra a tabela abaixo.

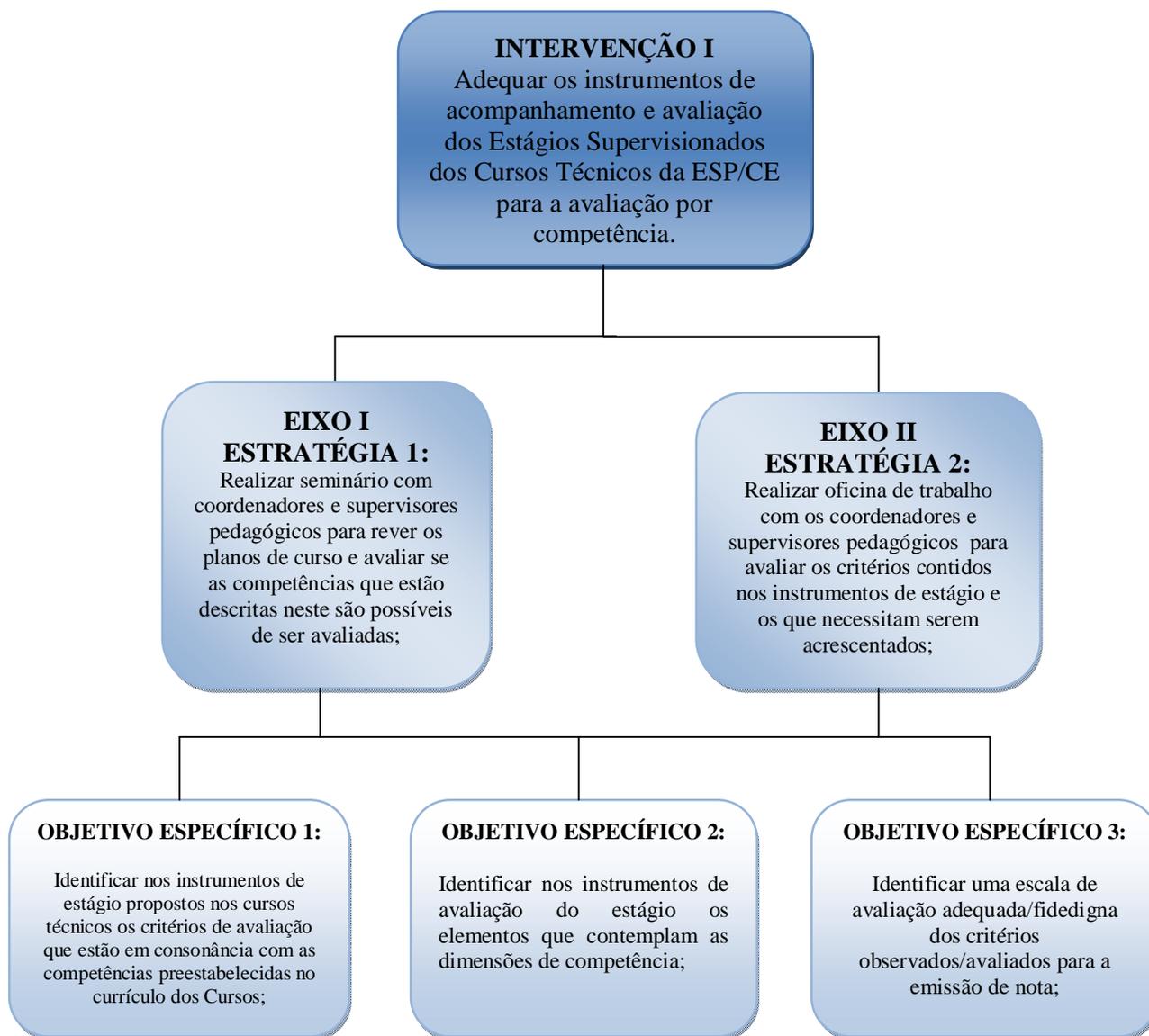
**TABELA 1 – Nº DE PROFISSIONAIS POR CURSO.**

<b>CURSOS</b>	<b>QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS NA EQUIPE</b>
Técnico em Enfermagem	06
Técnico em Saúde Bucal	02
Técnico em Prótese Dentária	01
Técnico em Vigilância em Saúde	02
Técnico em Hemoterapia	02
Técnico em Citopatologia	02
Técnico em Análises Clínicas	02
Técnico em Radiologia	01
Técnico em Apoio ao Acolhimento	02
Técnico em Atendimento Pré-hospitalar	02
Pós-técnico em Saúde do Trabalhador	01
Pós-técnico em Saúde do Idoso	01
Pós-técnico em Urgência e Emergência	01
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>

**FONTE:** DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE (DIEPS)

## 4.3 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

A intervenção será realizada em dois eixos, sendo elaboradas estratégias para os objetivos específicos. Cada eixo representa uma etapa da intervenção e a sua totalidade contribuirá para a resolução do problema: A discordância existente entre a proposta dos planos de curso e a avaliação por competência. As estratégias constituem a base do projeto, sendo, portanto, um conjunto de mini-intervenções que juntas reduzem, controlam ou eliminam o problema. A seguir apresentou-se um diagrama com a representação desses eixos (JANOVSKY, 1995).



**FIGURA 1 – DIAGRAMA COM REPRESENTAÇÃO DOS EIXOS DA INTERVENÇÃO**

### **4.3.1 ETAPAS DA INTERVENÇÃO**

A intervenção proposta será iniciada pela realização de um seminário de sensibilização com os coordenadores de cursos e supervisores pedagógicos, objetivando identificar as competências contidas nos Currículos dos Cursos Técnicos que necessitam ser avaliadas durante o Estágio Supervisionado Obrigatório.

Após o seminário será proposto uma oficina de trabalho que terá como produto os instrumentos que deverão ser utilizados no Estágio Supervisionado Obrigatório dos Cursos Técnicos e avaliarão o aluno nas três dimensões da competência (conhecimento, habilidade e atitude).

Para cada estratégia elaboramos uma sequência de atividades, que deverão ser desenvolvidas integralmente para que os objetivos da intervenção sejam atingidos. A seguir descrevemos essas estratégias e suas respectivas atividades.

#### **4.3.1.1 EIXO 1 DA INTERVENÇÃO:**

**ESTRATÉGIA 1:** Realização de seminário com coordenadores e supervisores pedagógicos para rever os planos de curso e avaliar se as competências que estão descritas neste são possíveis de ser avaliadas;

##### **ATIVIDADES:**

ATIVIDADE 1: Realizar uma reunião com a diretora da DIEPS e sua equipe para apresentação do projeto de intervenção.

ATIVIDADE 2: Elaborar o conteúdo programático do Seminário de sensibilização, incluindo a sequência de atividades, com respectiva carga horária, descrição das estratégias utilizadas e recursos didáticos necessários.

ATIVIDADE 3: Definir os recursos necessários (humanos, materiais, didáticos e financeiros) à execução do Seminário.

ATIVIDADE 4: Elaborar o cronograma de realização do Seminário, com a direção e equipe de trabalho, considerando suas rotinas.

ATIVIDADE 5: Elaborar o material educativo para serem, respectivamente, distribuídos entre os profissionais.

ATIVIDADE 6: Realizar o Seminário de sensibilização.

ATIVIDADE 7: Realizar a avaliação do Seminário.

ATIVIDADE 8: Elaborar um relatório com a análise do processo de sensibilização.

#### **4.3.1.2 EIXO 2 DA INTERVENÇÃO:**

**ESTRATÉGIA 2:** Realizar oficina de trabalho com os coordenadores e supervisores pedagógicos para avaliar os critérios contidos nos instrumentos de estágio e os que necessitam serem acrescentados e definir uma escala fidedigna para atribuição de notas.

##### **ATIVIDADES:**

ATIVIDADE 1: Elaborar o conteúdo programático da Oficina de trabalho, incluindo a sequência de atividades para a elaboração dos instrumentos, descrição das estratégias utilizadas e recursos didáticos necessários.

ATIVIDADE 2: Definir os recursos necessários (humanos, materiais, didáticos e financeiros) à execução da Oficina de Trabalho.

ATIVIDADE 3: Elaborar o cronograma de realização da Oficina, com a direção e equipe de trabalho, considerando suas rotinas.

ATIVIDADE 4: Realizar a Oficina de Trabalho construir instrumentos de estágio avaliando por competência e definir escala de atribuição de notas nos instrumentos.

ATIVIDADE 5: Realizar a avaliação da Oficina.

ATIVIDADE 6: Elaborar um relatório com o resultado da Oficina de Trabalho.

#### 4.4 RESULTADOS ESPERADOS

Com o cumprimento dos objetivos desse projeto de intervenção, esperamos que os Cursos Técnicos da ESP-CE sejam executados cumprindo a proposta pré-estabelecida nos Currículos dos Cursos abordando as dimensões da competência.

Para cada atividade proposta nos dois eixos da intervenção esperamos um resultado, que em conjunto contribui para que o objetivo geral do projeto seja atingido. Nesse sentido, as atividades devem ser realizadas de forma integrada e em sua totalidade. No quadro a seguir apresentamos a matriz do plano de trabalho, com o detalhamento das atividades e respectivos resultados, além dos responsáveis.

**QUADRO 2 – MATRIZ DO PLANO DE TRABALHO.**

ATIVIDADE	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS ESPERADOS (META)
<b>Estratégia 1</b>		
Estratégia 1 - Atividade 1. Realizar uma reunião com a diretora da DIEPS e sua equipe para apresentação do projeto de intervenção.	Coordenadores do projeto	Projeto de intervenção 100% aprovado
Estratégia 1 - Atividade 2. Elaborar o conteúdo programático do Seminário de sensibilização, incluindo a sequência de atividades, com respectiva carga horária, descrição das estratégias utilizadas e recursos didáticos necessários.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS Coordenadores do projeto	Conteúdo programático do Seminário 100% elaborado
Estratégia 1 - Atividade 3. Definir os recursos necessários (humanos, materiais, didáticos e financeiros) à execução do Seminário.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS	100% dos recursos necessários definidos
Estratégia 1 - Atividade 4. Elaborar o cronograma de realização do	Equipe de assessoria técnica da DIEPS	

Seminário, com a direção e equipe de trabalho, considerando suas rotinas.		Cronograma 100% elaborado
Estratégia 1 - Atividade 5. Elaborar o material educativo para serem, respectivamente, distribuídos entre os profissionais.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS	Material educativo 100% elaborado
Estratégia 1 - Atividade 6. Realizar o Seminário de sensibilização.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS	01 Seminário de sensibilização realizado
Estratégia 1 - Atividade 7. Realizar a avaliação do Seminário.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS Coordenadores do projeto	Avaliação do Seminário realizada
Estratégia 1 – Atividade 8. Elaborar um relatório com a análise do processo de sensibilização.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS	Relatório do processo de sensibilização 100% elaborado
<b>Estratégia 2</b>		
Estratégia 2 – Atividade 1 Elaborar o conteúdo programático da Oficina de trabalho, incluindo a sequência de atividades para a elaboração dos instrumentos, descrição das estratégias utilizadas e recursos didáticos necessários.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS	Conteúdo programático do Seminário 100% elaborado
Estratégia 2 – Atividade 2 Definir os recursos necessários (humanos, materiais, didáticos e financeiros) à execução da Oficina de Trabalho.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS	100% dos recursos necessários definidos
Estratégia 2 – Atividade 3 Elaborar o cronograma de realização da Oficina, com a direção e equipe de trabalho, considerando suas rotinas.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS	Cronograma 100% elaborado
Estratégia 2 – Atividade 4 Realizar a Oficina de Trabalho: construir instrumentos de estágio avaliando por competência e definir escala de atribuição de notas nos instrumentos.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS, Coordenadores do projeto e supervisores de cursos	01 Oficina de Trabalho realizada 100% dos instrumentos criados
Estratégia 2 – Atividade 5 Realizar a avaliação da Oficina.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS, Coordenadores do projeto	Avaliação da Oficina de Trabalho realizada Relatório 100% elaborado
Estratégia 2 – Atividade 6 Elaborar um relatório com o resultado da Oficina de Trabalho.	Equipe de assessoria técnica da DIEPS	Relatório 100% elaborado

#### **4.5 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Um projeto de intervenção baseia-se na intenção de atuar no seu contexto real, perseguindo objetivos de mudança numa situação considerada como problema ou de necessidade. Com suas atividades, relacionando-se com a ação dos demais sujeitos na sociedade, pretende produzir resultados que, no conjunto, contribuam para modificar essa realidade ou situação problema. Assim, os resultados de um projeto nunca são uma garantia de certeza, mas um investimento, uma aposta na possibilidade de alcançá-los. Não havendo certezas, é preciso construir meios de monitoramento que auxiliem a perceber o rumo das mudanças que se consegue gerar (JANOVSKY, 1995).

O monitoramento da execução das atividades elencadas no projeto de intervenção deve ser feito permanentemente, tomando por base as informações coletadas e sistematizadas, que devem possibilitar a avaliação qualitativa e quantitativa dessas atividades. Nesse sentido, é de extrema importância a construção de indicadores que possibilite a avaliação do resultado do projeto. Os indicadores são considerados como parâmetros qualificados e/ou quantificados que servem para detalhar em que medida os objetivos do projeto foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo e numa localidade específica. (DONABEDIAN, 1994)

A seleção de indicadores que proporcionem uma perfeita avaliação do projeto deve ser uma etapa criteriosa, levando-se em consideração tais parâmetros que se quer avaliar. Sendo fator determinante ao sucesso da avaliação. Portanto, a escolha dos indicadores em um projeto, deve considerar os ângulos que se deseja avaliar. Como: eficiência, eficácia, efetividade ou impacto. (DONABEDIAN, 1994)

Outro aspecto importante que se deve considerar na escolha dos indicadores avaliativos, é a característica destes. Isto é, se tais indicadores apresentam algumas características indispensáveis à viabilidade do monitoramento e à avaliação dos resultados. Tais como: Considera as particularidades do contexto e foi desenvolvido a partir de um bom conhecimento da realidade na qual se vai intervir; captam os efeitos atribuíveis às atividades gerados pelo próprio projeto; são bem definidos, precisos e representativos dos aspectos centrais da estratégia do projeto; está orientado para o aprendizado, estimulando novas reflexões e a compreensão pelos vários envolvidos sobre a complexidade dos fatores que podem determinar ou não o alcance dos objetivos; considera de modo adequado à natureza do projeto, ângulos relativos à eficiência, eficácia e efetividade; fornece informações relevantes e em quantidade que permite a avaliação e a tomada de decisão. (DONABEDIAN, 1993)

Nesse projeto de intervenção serão utilizados os indicadores de eficácia e de efetividade para a verificação do cumprimento das atividades e do alcance dos resultados

esperados. A seguir detalhamos esses indicadores, além dos instrumentos para o monitoramento dessas atividades, considerando os aspectos supra-citado.

**QUADRO 3 – MATRIZ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES PROPOSTAS.**

ATIVIDADE	INSTRUMENTOS PARA O MONITORAMENTO	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<b>Estratégia 1</b>		
Estratégia 1 - Atividade 1. Realizar uma reunião com a diretora da DIEPS e sua equipe para apresentação do projeto de intervenção.	Ata da reunião e folha de frequência dos participantes	<u>Nº de reuniões realizadas</u> x100 Nº de reuniões planejadas
Estratégia 1 - Atividade 2. Elaborar o conteúdo programático do Seminário de sensibilização, incluindo a sequência de atividades, com respectiva carga horária, descrição das estratégias utilizadas e recursos didáticos necessários.	Programação do Seminário	<u>Nº de seminários programados</u> x100 Nº de seminários planejados
Estratégia 1 - Atividade 3. Definir os recursos necessários (humanos, materiais, didáticos e financeiros) à execução do Seminário.	Chechagem (Check list) dos recursos necessários	<u>Nº de recursos obtidos</u> x100 Nº de recursos definidos
Estratégia 1 - Atividade 4. Elaborar o cronograma de realização do Seminário, com a direção e equipe de trabalho, considerando suas rotinas.	Cronograma de realização do Seminário	<u>Nº de cronogramas elaborados</u> x100 Nº de cronogramas planejados
Estratégia 1 - Atividade 5. Elaborar o material educativo para serem, respectivamente, distribuídos entre os profissionais.	Portfólio com material educativo	<u>Nº de materiais educativos elaborados</u> x100 Nº de materiais educativos planejados
Estratégia 1 - Atividade 6. Realizar o Seminário de sensibilização.	Folha de frequência dos participantes	<u>Nº de seminários realizados</u> x100 Nº de seminários planejados
Estratégia 1 - Atividade 7. Realizar a avaliação do Seminário.	Instrumento de Avaliação	<u>Nº de avaliações realizadas</u> x100 Nº de avaliações planejadas <u>Nº de instrumentos aplicados</u> x100 Nº de participantes
Estratégia 1 – Atividade 8. Elaborar um relatório com a análise do processo de sensibilização.	Relatório do processo de sensibilização	<u>Nº de relatórios elaborados</u> x100 Nº de Seminários realizados
<b>Estratégia 2</b>		
Estratégia 2 – Atividade 1 Elaborar o conteúdo programático da Oficina de trabalho, incluindo a sequência de atividades para a elaboração dos instrumentos, descrição das estratégias utilizadas e recursos	Programação da Oficina de Trabalho	<u>Nº de oficinas programadas</u> x100 Nº de oficinas planejadas

didáticos necessários.		
Estratégia 2 – Atividade 2 Definir os recursos necessários (humanos, materiais, didáticos e financeiros) à execução da Oficina de Trabalho.	Checagem (Check list) dos recursos necessários	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de recursos obtidos}}{\text{N}^\circ \text{ de recursos definidos}} \times 100$
Estratégia 2 – Atividade 3 Elaborar o cronograma de realização da Oficina, com a direção e equipe de trabalho, considerando suas rotinas.	Cronograma de realização da oficina	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de cronogramas elaborados}}{\text{N}^\circ \text{ de cronogramas planejados}} \times 100$
Estratégia 2 – Atividade 4 Realizar a Oficina de Trabalho: construir instrumentos de estágio avaliando por competência e definir escala de atribuição de notas nos instrumentos.	Folha de frequência dos participantes	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de oficinas realizadas}}{\text{N}^\circ \text{ de oficinas planejadas}} \times 100$
Estratégia 2 – Atividade 5 Realizar a avaliação da Oficina.	Instrumento de Avaliação	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de avaliações realizadas}}{\text{N}^\circ \text{ de avaliações planejadas}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de instrumentos aplicados}}{\text{N}^\circ \text{ de participantes}} \times 100$
Estratégia 2 – Atividade 6 Elaborar um relatório com o resultado da Oficina de Trabalho.	Relatório da oficina de trabalho	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de formulários encaminhados}}{\text{N}^\circ \text{ de formulários elaborados}} \times 100$

## 5 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ATIVIDADES	2013		2014		
	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
Estratégia 1 - Atividade 1. Realizar uma reunião com a diretora da DIEPS e sua equipe para apresentação do projeto de intervenção.	X				
Estratégia 1 - Atividade 2. Elaborar o conteúdo programático do Seminário de sensibilização, incluindo a sequência de atividades, com respectiva carga horária, descrição das estratégias utilizadas e recursos didáticos necessários.	X	X			
Estratégia 1 - Atividade 3. Definir os recursos necessários (humanos, materiais, didáticos e financeiros) à execução do Seminário.	X	X			
Estratégia 1 - Atividade 4. Elaborar o cronograma de realização do Seminário, com a direção e equipe de trabalho, considerando suas rotinas.	X	X			
Estratégia 1 - Atividade 5. Elaborar o material educativo para serem, respectivamente, distribuídos entre os profissionais.		X			
Estratégia 1 - Atividade 6. Realizar o Seminário de sensibilização.			X		
Estratégia 1 - Atividade 7. Realizar a avaliação do Seminário.			X		
Estratégia 1 - Atividade 8. Elaborar um relatório com a análise do processo de sensibilização			X		
Estratégia 2 - Atividade 1 Elaborar o conteúdo programático da Oficina de trabalho, incluindo a sequência de atividades para a elaboração dos instrumentos, descrição das estratégias utilizadas e recursos didáticos necessários.				X	
Estratégia 2 - Atividade 2 Definir os recursos necessários (humanos, materiais, didáticos e financeiros) à execução da Oficina de Trabalho.				X	
Estratégia 2 - Atividade 3 Elaborar o cronograma de realização da Oficina, com a direção e equipe de trabalho, considerando suas rotinas.				X	
Estratégia 2 - Atividade 4 Realizar a Oficina de Trabalho: construir instrumentos de estágio avaliando por competência e definir escala de atribuição de notas nos instrumentos.					X
Estratégia 2 - Atividade 5 Realizar a avaliação da Oficina.					X
Estratégia 2 - Atividade 6 Elaborar um relatório com o resultado da Oficina de Trabalho.					X

## 6 ORÇAMENTO

No orçamento do projeto deverá sistematicamente enumerar os custos estimados dos recursos e atividades planejadas. As estimativas precisam ser realistas, mantendo em mente um orçamento e uma previsão mais do que uma declaração definitiva de custos e preços (JANOVSKY, 1995).

Muitas organizações diferenciam entre custos principais, que ocorrem apenas uma vez durante a vida do projeto, e custos operacionais ou periódicos, que ocorrem regularmente. Uma característica importante dos custos periódicos é que estes usualmente continuam no decorrer do período do projeto e após o encerramento do financiamento externo. Financiadores são geralmente precavidos em financiar custos periódicos a menos que estes sejam projetados para reduzir substancialmente após o programa estar desenvolvido e estabelecido. Abaixo segue uma proposta de orçamento:

<b>1. CUSTEIO</b>			
<b>1.1. Material de consumo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
Papel A4	05 Resma	15,00	75,00
Cartucho de tinta preto	02	100,00	200,00
Cartucho de tinta colorido	02	120,00	240,00
Material de escritório	-	-	200,00
Subtotal	-	-	<b>R\$ 715,00</b>
<b>1.2. Pessoal</b>	<b>Número/tempo</b>	<b>Valor unitário(R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
Docentes da capacitação – 80 horas aula	20 horas	80,00 Doutor	1600,00
	40 horas	70,00 Mestre	2800,00
	20 horas	60,00 Especialista	1200,00
Subtotal	-	-	<b>R\$ 5.600,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>R\$ 6.315,00</b>

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 198/GM, de 13 de fevereiro de 2004**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília: Gabinete do Ministro, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.788, 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Orientação Normativa nº 7, de 30/10/2008. Estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração pública Federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nº 214, Seção I, pag 80 e 81, 4 de Nov de 2008.

CEARÁ. Resolução nº 413/2006. Regulamenta a educação profissional técnica de nível médio, no Sistema de Ensino do Estado do Ceará. **Sala de Sessões do Conselho de Educação do Ceará**, Fortaleza, 18 de abril de 2006.

\_\_\_\_\_. Escola de Saúde Pública do Ceará. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. **Regimento Escolar**. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2010. Fortaleza: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, 2012.

\_\_\_\_\_. Escola de Saúde Pública do Ceará. Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. **Projeto Político Pedagógico**. Fortaleza, 2012.

CNE. Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004. estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Resolução CNE/CEB 1/2001 **Diário Oficial da União**, de 4 de fevereiro de 2004, Seção 1, p. 21.

DELUIZ, N. Qualificação, Competências e Certificação: visão do mundo do trabalho. Seminário de Certificação de Competências para a Área da Saúde: Os Desafios do PROFAE, 2001, **Anais**. Brasília: Ministério da Saúde/ Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde, 2001. p.27-36.

DEPRESBITERIS, Lea. **Avaliando Competências na Escola de Alguns ou na Escola de Todos?** 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/273/boltec273d.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

DONABEDIAN, A. "Continuity and Change in the Quest for Quality", in *Clinical Performance and Quality in Health Care*, 1(1): 9-16, 1993.

DONABEDIAN, A. **A Gestão da Qualidade Total na Perspectiva dos Serviços de Saúde**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1994.

ELLERY, A. E. L.; *et al.* **Descrição do projeto**: cooperação Brasil-Canadá para a formação de recursos humanos por competências nas Escolas de Formação em Saúde do Estado do Ceará. Fortaleza: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e Mudança**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

- JANOVSKY, K. **Formulação de projetos e elaboração de propostas**. Gênebra: Organização Mundial da Saúde, 1995.
- LIMA, V. V. Competência: distintas abordagens e implicações na formação de profissionais de saúde. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v.9, n.17, p. 369-379, mar./ago. 2005.
- LUCKESI, C.C. Avaliação da Aprendizagem na Escola e a Questão das Representações Sociais. **Eccos Revista Científica**, v.4, n.2, p.79-88, 2002.
- PEREIRA, R. C; GALPERIN, M. R. O. Refletindo e Escrevendo sobre as Experiências Vivenciadas no Contexto da Escola e do Cuidado. In: WALDOW, V. R; LOPES, M.J.; MEYER, D. E. (Orgs). **Maneiras de Cuidar, Maneiras de Ensinar: a enfermagem entre a escola e a prática profissional**. Prto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 135-149.
- PERRENOUD, Philippe. **Construindo as Competências da Escola**. São Paulo: Artmed, 1997.
- RAMOS, Marise Nogueira. Qualificação, Competências e Certificação: visão educacional. **Formação**, Brasília, v.2, n.1, p.17-26, 2001.
- RON, Regilene Ribeiro Danesi. Planejamento de Ensino e Avaliação da Aprendizagem para Cursos Estruturados com Base em Competências. **Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI – SP**. ISSN: 1981-8270, v.4, n.8, mar. 2010.
- ZOCHE, P. A. A. Educação Profissional em Saúde: reflexões sobre a avaliação. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.5, n.2, p. 281-295, 2007.